

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 04 DE JULHO DE 2017, ÀS 10:00 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as presenças dos Conselheiros: Girlene Alves da Silva, Eduardo Antônio Salomão Condé, Jucilene Melandre da Silva, Marcos Tanure Sanábio, Ana Livia de Souza Coimbra, Marcos Souza Freitas, Flávia Cavalieri Machado, Eliane Medeiros Borges, Ricardo de Cristofaro, Ana Paula Ferreira, Wilhelm Passarela Freire, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Lourival Batista de Oliveira Júnior, André Silva Martins, Daniel Godoy Martinez, Denise Barbosa de Castro Friedrich, Hélio Antônio da Silva, José Otávio do Amaral Corrêa, Maria Alice Junqueira Caldas, Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria Cristina Vasconellos Furtado, Maria das Graças Afonso Miranda Chaves, Cristina Simões Bezerra, Andréa Vassallo Fagundes, Arthur Alfredo Nunes Avelar, Laura Matos Vasconcelos, Ronaldo Dias da Silva, Rogério da Silva, Ricardo Bonfante, Pâmela Emanuelle Julião, Flávio Cardoso Sereno, Márcio Roberto Sá Fortes, Igor Coelho, Heronides Filho, Dimas Augusto de Carvalho e Dênis Alves Perdigão, realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente iniciou a reunião extraordinária saudando a todos e todas. Justificou a ausência dos Conselheiros Aline Araújo Passos, Cláudio Galuppo Diniz, Ângelo Márcio Leite Denadai, Peterson Marco de Oliveira Andrade, Milene de Oliveira, Marina Monteiro e Liamara Scortgagna. Em face da impossibilidade de comparecimento o diretor de imagem institucional, Márcio Guerra, solicitou ao jornalista Ricardo Ribeiro que fizesse os registros da reunião. Dando prosseguimento o Senhor Presidente justificou a convocação da reunião extraordinária no prazo regimental de 24 horas, face o e-mail enviado diretamente pelo secretário de educação superior, do Ministério da Educação, Paulo Barone, a todos os conselheiros, com algumas informações sobre o orçamento da UFJF e sobre o novo papel da UFJF para o desenvolvimento tecnológico, em total descumprimento ao trâmite institucional. A seguir apresentou um breve retrospecto acerca do orçamento da UFJF e esclarecimentos ao Conselho, relatando que havia o agendamento de uma reunião com a administração da UFJF e o Sr. Secretário, no dia 03 de julho de 2017, as nove horas da manhã, solicitada pelo mesmo, com pauta específica sobre Governador Valadares e o Parque Tecnológico, onde também seria feito questionamentos quanto ao orçamento de 2017. Salientou que quando ainda no aguardo do mesmo, recebeu a notícia do recebimento do e-mail então encaminhado a todos os conselheiros, onde restou configurada a necessidade da realização de uma reunião extraordinária do Conselho Superior. Logo ao receber o Sr. Secretário de educação superior o Senhor Presidente revelou sua estranheza quanto ao fato, sendo feito ao mesmo o questionamento quanto aos documentos enviados aos conselheiros da Universidade Federal de Juiz de Fora e realizado o convite para que o mesmo participasse da presente reunião. Relatou que a justificativa apresentada pelo Sr. Paulo Barone quanto ao envio do e-mail aos conselheiros, foi o fato de ter tomado conhecimento de que o reitor estaria passando informações equivocadas aos mesmos, quanto ao orçamento da UFJF e que não poderia comparecer a reunião extraordinária em razão de compromissos já agendados em Brasília. Na sequência, o Senhor Presidente passou a apresentar sua fala pautada em dois momentos, o primeiro com caráter político institucional e um segundo momento com caráter técnico financeiro. Em

1 relação à política institucional relatou ser uma prática inédita, um Secretário enviar
2 através de e-mail informações a todos os conselheiros, em descumprimento do trâmite
3 institucional, o que deveria ser reportado ao reitor enquanto representante direto do
4 conselho superior da UFJF. Relembrou que após a reunião extraordinária realizada no
5 início de abril de 2017, restou pactuado o envio de um ofício ao MEC requisitando
6 elucidações quanto ao motivo da redução do orçamento de 2017 da UFJF, apresentando
7 a avaliação do seu impacto, que foi protocolizado no dia 27 de abril de 2017. Realizou a
8 leitura da parte final do referido ofício e assinalou a gravidade da conduta do Sr.
9 Secretário, em desrespeito a reitoria e indiretamente em desrespeito ao conselho
10 superior da UFJF. Repassou como foi conduzida a reunião então realizada com o Sr.
11 Secretário na reitoria e observou que dadas algumas imprecisões contidas na própria
12 grafia do conteúdo do e-mail, o mesmo certamente não teria sido elaborado pela equipe
13 técnica do Sr. Secretário. Quanto à questão de ordem institucional, declarou que
14 certamente como reitor vai comunicar o fato a Andifes, levando o assunto para ser
15 debatido, visto ser uma prática perigosa para a institucionalidade das universidades se o
16 MEC passar a desrespeitar os trâmites de relação com as reitorias. Exteriorizou sua
17 preocupação quanto às informações terem sido assinadas pelo Sr. Paulo Barone
18 enquanto Secretário de Educação Superior e não professor da UFJF. A seguir passou
19 algumas informações de natureza técnica sobre o e-mail, onde o Sr. Paulo Barone tenta
20 construir a tese sobre a redução do orçamento da UFJF através de dois princípios
21 básicos, o primeiro de vinculação do orçamento do tesouro ao orçamento da fonte 250
22 de recursos próprios, onde a receita própria da UFJF explicaria a forte redução do
23 orçamento do tesouro da UFJF e, segundo, que a universidade já tinha conhecimento
24 sobre este aspecto, desde que foi elaborada a proposta orçamentária. Repassou os
25 trâmites para a elaboração da proposta orçamentária para o ano de 2017 feitas no ano de
26 2016. Relatou sobre a portaria de 03 de fevereiro de 2016, que institui as regras para
27 solicitação de arrecadação das receitas orçamentárias, de como projetar o orçamento das
28 receitas orçamentárias. Asseverou que a portaria foi detalhada pelo MEC através de um
29 ofício enviado no dia 12 de fevereiro de 2016, com um cronograma para o lançamento
30 das receitas próprias para o exercício de 2017, que deveriam ser realizadas em dois
31 prazos, sendo eles junho e julho de 2016. Informou que a receita própria da UFJF, ou
32 seja, o orçamento da fonte 250 de 2017 foi informado no dia 15 de julho de 2016.
33 Evidenciou que no dia 08 de agosto de 2016 foi disponibilizada a distribuição dos
34 recursos de tesouro, com limites muito reduzidos em relação a 2016, representando uma
35 redução de 20% (vinte por cento) em relação ao ano anterior e que o MEC explicou que
36 o corte havia sido realizado de forma geral, se comprometendo a fazer revisão dos
37 valores. Dois dias depois da disponibilização, o MEC reajustou os valores informados,
38 sinalizando ainda que estaria tentando verbas através de emendas parlamentares para
39 complementação do orçamento, que ainda estava aquém dos valores anteriormente
40 disponibilizados. Cientificou que em uma reunião posteriormente realizada pela
41 Andifes, foi oficialmente informado aos participantes que o Ministério da Educação não
42 respeitou a matriz Andifes para os critérios de distribuição de recursos; o que gerou
43 grandes discussões, onde foram encaminhadas algumas propostas ao MEC, dentre elas
44 retomarem a matriz Andifes. Apontou que toda discussão realizada no segundo semestre
45 de 2016 se pautou em se cumprir ou não a matriz Andifes, não sendo em nenhum
46 momento colocada a situação da vinculação de receitas próprias às receitas do tesouro.
47 Revelou que após a aprovação do projeto de lei orçamentária pelo Congresso, já no
48 início do ano de 2017, o orçamento da UFJF apareceu com um corte significativo, o que
49 foi imediatamente questionado, sendo esclarecido que a situação também havia sido
50 identificada na UNB e seria verificada. Em fevereiro de 2017, após o questionamento

1 realizado, o Sr. Paulo Barone pela primeira vez apresenta a informação quanto ao
2 crescimento da fonte de receitas próprias da UFJF. Foi então agendada uma reunião no
3 final do mês de março para discutir o assunto, onde a equipe técnica do Sr. Secretário
4 fez questão de falar que a elaboração orçamentária do MEC não estabelece vinculação
5 entre recursos do tesouro e recursos da fonte própria. Não havendo relação entre a
6 redução do orçamento e o crescimento das receitas próprias da UFJF. Ficaram de
7 averiguar outra hipótese e em análise verificou-se um aumento do orçamento de 2016
8 em razão do orçamento específico para Governador Valadares, que se normalizou no
9 ano de 2017. Em seguida, relatou ainda sobre o item 09 do e-mail enviado pelo Sr.
10 Secretário, quanto a informação equivocada repassada relativa a proposta inicial
11 apresentada pela Secretaria de Educação Superior e pela Subsecretaria de Planejamento
12 e Orçamento do MEC prever apenas recursos providos pelo Tesouro Nacional, e ser
13 alterada deliberadamente pela UFJF na forma já mencionada. Notícia falha visto que a
14 previsão de receitas próprias não pode ser realizada de forma deliberada, onde todas as
15 receitas previstas precisam ser comprovadas. Citou também as incorreções relatadas no
16 item 07 do referido e-mail, pelo qual a metodologia adotada pelo Ministério do
17 Planejamento para a distribuição dos recursos para a LOA, de conhecimento prévio de
18 todos os reitores das Universidades Federais, consiste em reduzir o compromisso do
19 Tesouro nacional na provisão de recursos, em função da previsão de receitas próprias.
20 Dados incorretos visto que as informações repassadas para as Universidades em 2016 se
21 deram antes mesmo das discussões e votação da PEC do teto de gastos. Relatos
22 absolutamente surpreendentes para toda a comunidade universitária, onde o Reitor fica
23 proibido de arrecadar, sem orçamento, não pode gerenciar e onde se atribui o problema
24 à Universidade. Evidencia-se na verdade uma incompetência de gestão do Ministério e
25 desrespeito à reitoria, através de uma série de equívocos sucessivos. O Senhor
26 Presidente faz o encaminhamento de levar para a associação o ocorrido face ao
27 desrespeito à autonomia das reitorias. A seguir solicitou a pró-reitora adjunta de
28 planejamento, Jucilene Melandre, que realizasse a apresentação dos dados relatados, a
29 fim de corroborar as informações prestadas, através de um estudo da evolução da fonte
30 250 da UFJF. Justificou o crescimento da fonte de receitas próprias da Universidade nos
31 últimos anos em razão da prestação de serviços do CAED, que atende 15 Estados e duas
32 grandes provas nacionais. Apresentou os dados da fonte de receitas próprias, destacando
33 os últimos anos, onde foram arrecadados 91 milhões em 2016, sendo que em 2013 o
34 CAED começou a trabalhar com a Prova Brasil, alterando consideravelmente a receita.
35 Relatou a previsão de receitas para 2017 de 180 milhões, onde 90 milhões já foram
36 arrecadados e como o CAED tem concentração de receitas no segundo semestre,
37 acredita que a previsão de receitas próprias será atingida e talvez até ultrapassada.
38 Apontou ainda a arrecadação de outras universidades a título de comparação. O
39 conselheiro André Martins solicitou esclarecimentos quanto aos procedimentos de
40 arrecadação do CAED. O Senhor Presidente expôs que as principais fontes de
41 arrecadação do CAED são contratos e convênios com Estados e com o Governo
42 Federal, feitos através de licitações ou convênios, ou seja, realizados com a
43 Universidade ou diretamente com CAED. Relatou as duas formas de administrar os
44 recursos recebidos, a primeira através de convênio com a Fundação de Apoio para
45 Gestão dos projetos e apresentou a metodologia então utilizada pela Universidade,
46 através de portaria interna com as regras, cumprindo as determinações da CGU, com
47 projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Superior da UFJF, onde cerca de 85%
48 das receitas são comprometidas com o próprio projeto. Na sequência, fez a exposição
49 dos lançamentos das receitas através do Sistema Simec, com a apresentação das fontes
50 de receitas, justificativas, metodologias, memórias de cálculos e os arquivos que

1 embasaram as comunicações. Após a exibição, o Senhor Presidente abriu a pauta para
2 debates, onde o Conselheiro Arthur Avelar solicitou a palavra, apresentando sua dúvida,
3 em que as fontes de recursos próprios seriam complementares e não suplementares. O
4 Senhor Presidente esclareceu que questionou ao Sr. Secretário quanto a argumentação
5 apresentada, reiterando ainda que se for esta a postura então adotada e a previsão de
6 recursos próprios projetada for reduzida, com uma redução drástica da fonte 250, se o
7 orçamento seria então ampliado. No entanto não obteve resposta a indagação. O
8 Conselheiro Eduardo Condé pediu a palavra, saudou a todos, esclareceu que o
9 orçamento público é uma política pública e, portanto, deve ser clara, transparente e
10 objetiva o suficiente para que os atores que participam do processo possam
11 compreender o seu funcionamento, como alocá-las e suas regras. Salientou que
12 infelizmente, desde o ano passado, regras, o respeito a políticas públicas e regularidade
13 de ações não tem sido a prática do Governo Federal. Revelou que há uma suposição
14 interna no documento enviado aos conselheiros de que a Universidade pudesse sonegar
15 informações da fonte 250, o que é virtualmente impossível, uma vez que os registros de
16 arrecadação federal são realizados no Sistema Siafi e o MEC tem conhecimento de
17 todos os lançamentos. Declarou que o Forum de pró-reitores - Forplag realiza o
18 acompanhamento da Matriz Andifes e que não houve respeito à matriz em 2016,
19 havendo discussão se haverá em 2017. Relatou que a Matriz Andifes não foi rodada e
20 não se sabe quanto o MEC tem para distribuir; os dados do Projeto de Lei
21 Orçamentária (PLOA) de 2018 para as universidades não foram disponibilizados, sendo
22 até cogitado a tese de um pré-ploa que também não foi enviado. Ressaltou que a tese
23 apresentada pelo Sr. Paulo Barone se apoia em receitas próprias que são projetos e não
24 arrecadações. Revelou sua indignação, onde registrou ser muito duro, um reitor ter uma
25 reunião agenda com o Sr. Secretário as 09 horas da manhã e às 08 (oito) e 40 (quarenta)
26 o mesmo passar aos conselheiros um e-mail com informações distorcidas quanto ao
27 orçamento, sem mesmo antes apresentá-las ao dirigente máximo da instituição.
28 Salientou que a queda no orçamento de custeio foi em torno de 26% (vinte e seis por
29 cento), destacando a importância da união de esforços para o desenvolvimento da UFJF.
30 Asseverou que questões paroquiais não podem se sobrepor aos interesses da
31 Universidade Brasileira. Que a PEC de gastos é insustentável economicamente, sendo
32 necessário levar a carta recebida a conhecimento da Andifes assim como a outras
33 entidades, como a Fasubra e ao Andes. Esclareceu que o Secretário está claramente
34 dizendo que há descompromisso de financiamento se houver receitas próprias, desta
35 forma a Universidade precisa fazer a defesa da instituição, e entender se este
36 posicionamento do Secretário representa o Governo Federal. Pontuou a situação de
37 insegurança do MEC, onde não está definido se será ou não rodada a matriz Andifes.
38 Por fim, registrou que a indispensabilidade de se tomar providências institucionais, uma
39 vez que a carta foi publicizada a todos os conselheiros que podem operar sobre ela,
40 levando o fato ao conhecimento do Ministro da Educação e da Andifes. A seguir o
41 Conselheiro Lourival pediu a fala, saudou a todos, assinalou que a situação é grave,
42 onde primeiramente não só as receitas assim como as despesas foram discriminadas por
43 programas; ao desrespeitar a locação feita se inviabiliza uma série de programas, sendo
44 o orçamento colocado de cabeça para baixo. Mencionou sua preocupação da forma
45 como o secretário teve acesso aos e-mails dos conselheiros, solicitou que o envio dos
46 comunicados e convocações aos conselheiros por e-mail sejam realizados via cópia
47 oculta. Denotou que na carta disponibilizada aos conselheiros o Sr. Secretário chama o
48 reitor de mentiroso ou então de incompetente, representando tal acusação um detrato
49 com a autoridade máxima da universidade. Indicou a importância de responder ponto a
50 ponto cada uma das alegações apresentadas. Propôs uma ampla divulgação do ocorrido,

1 inclusive para toda a sociedade e imprensa, mostrando o comportamento inadequado do
2 Sr. Secretário junto a UFJF. A seguir, a Conselheira Andréa Vassallo, saudou a todos e
3 relatou alguns informes das últimas reuniões da CONDICA na Andifes ocorridas em
4 Brasília, enquanto presidente do CONDICA, com relatos das agendas realizadas na
5 Andifes. Apontou a situação da matriz CONDICA, indicando que o discurso
6 apresentado nas conferências é de contingenciamento, de restrição, onde se apresentou a
7 urgência da recomposição da matriz. Na sequência, a Conselheira Cristina Bezerra
8 saudou a todos, registrou a forma com o e-mail chegou aos conselheiros, revelando que
9 o recebeu com estranheza e posteriormente indignação, em primeiro lugar pelo modo
10 como o Sr. Secretário teve acesso aos e-mails e principalmente quanto à justificativa
11 apresentada quanto a decidir enviar o e-mail, em face de ter tomado conhecimento de
12 que o reitor estaria passando informações equivocadas ao conselho superior, quanto ao
13 orçamento da UFJF, sem antes averiguar a veracidade de tais informações e discussão
14 das fontes, encaminhando tais informações do seu e-mail pessoal e sem assunto.
15 Reforçou a forma doméstica que o mesmo escolheu para falar com o conselho superior
16 da UFJF, ofendendo a todos os conselheiros, a administração legitimamente eleita,
17 assim como a toda a universidade. Ressaltou a necessidade de levar a conhecimento o
18 comportamento do secretário, não só a Andifes, mas também a outros órgãos,
19 demonstrando como o Sr. Secretário tem se relacionado com a sua Universidade de
20 origem. Quanto à receita própria enfatizou que o assunto já foi discutido no conselho
21 algumas vezes, onde o argumento então apresentado revela e reforça para a lógica
22 privatista das universidades, para que estas busquem os seus recursos, uma tendência do
23 atual governo, que algumas vezes encontra eco dentro da própria universidade e que
24 deve ser refutada pela instituição para que esta permaneça com financiamento público
25 enquanto dever e obrigação do Estado. Frisou a necessidade de uma ação firme do
26 conselho em dois sentidos; primeiramente em referendar que a forma institucional para
27 se comunicar com este conselho é através da administração superior. Salientou que as
28 informações e questionamentos quanto ao orçamento da UFJF solicitadas ao MEC
29 foram feitas de forma institucional. Segundo, não aceitar o posicionamento de que o
30 crescimento das receitas próprias possam suplantar os recursos provindos do Tesouro
31 Nacional. O Conselheiro Flávio Sereno pediu a fala e destacou sua surpresa quanto ao
32 recebimento do e-mail e da forma equivocada como o Sr. Secretário assinou os
33 documentos. Revelou sua frustração da não participação do mesmo a esta reunião,
34 destacando que o MEC há muito tempo não recebe a Fasubra, e desta forma seria a
35 oportunidade de sanar dúvidas quanto a outros questionamentos, como o congelamento
36 das redistribuições de técnicos administrativos em todo o país, por exemplo. Evidenciou
37 que certamente levará a conhecimento da Federação o ocorrido, destacando o excesso
38 de sinceridade, nos itens 07 e 08 do referido documento repassado aos conselheiros, em
39 que cita que a metodologia adotada pelo Ministério do Planejamento para a distribuição
40 dos recursos para a LOA, de conhecimento prévio de todos os reitores das
41 Universidades Federais, consiste em reduzir o compromisso do Tesouro Nacional na
42 provisão de recursos, em função da previsão de receitas próprias e que os recursos
43 advindos de receitas próprias são subtrativos e não suplementares, segundo o
44 procedimento executado pelo Ministério do Planejamento. Relatou que o discurso
45 apresentado na noite anterior pelo Sr. Paulo Barone, quando da inauguração do Centro
46 de Ciências da Universidade de Juiz de Fora, em relação à importância da Ciência e sua
47 ampliação, está em desacordo com as medidas adotadas pelo Governo. Ressaltou que a
48 relação que o governo vem adotando com a administração é algo que as entidades e
49 associações já estão acostumadas e que a autonomia Universitária já vem sendo agredida
50 há algum tempo. O Conselheiro Rogério Silva corroborou a solicitação realizada pelo

1 Conselheiro Lourival Batista, quanto ao envio dos comunicados e convocações aos
2 conselheiros por e-mail via cópia oculta, a fim de evitar novas interferências, já
3 ocorridas inclusive em anos anteriores dentro do conselho. Ressaltou a importância da
4 Administração Superior e do Conselho Superior manifestarem sua indignação quanto a
5 atitude do Sr. Secretário, levando o fato a conhecimento do Ministro da Educação. O
6 Conselheiro André Martins também deixou registrado seu desconforto com o
7 recebimento do e-mail e salientou que após o recebimento do documento procurou
8 anexos que corroborassem e comprovassem documentalmente as argumentações
9 apresentadas pelo Sr. Secretário, porém sem sucesso. Relatou que procurou também
10 algum documento oficial que fundamentasse a justificativa apresentada quanto à
11 redução do orçamento então apresentada, através de uma Portaria, por exemplo, o que
12 também não foi encontrado. Destacou a atual posição do governo em relação às
13 entidades, como uma ação pior do que a enfrentada durante o Governo Fernando
14 Henrique Cardoso. Lembrou o projeto de reforma do aparelho do Estado em 1995,
15 lançado quando do Governo FHC, onde as universidades seriam transformadas em
16 organizações sociais. Pontuou, porém que a força dos movimentos não deixou que as
17 mudanças acontecessem. Quanto ao orçamento registrou suas dúvidas na Fonte 250,
18 onde os contratos feitos pelos Estados são feitos com recursos próprios e até
19 empréstimos internacionais, não sendo a Fonte 250 uma fonte segura, visto que os
20 Estados atrasam pagamentos e descumprem contratos. Indicou a importância de levar o
21 assunto para a Andifes, uma vez que o Governo deve explicações. Ponderou que o MEC
22 deve demonstrar a sustentação da tese apresentada pelo Sr. Secretário, uma vez que não
23 respondeu as indagações quanto ao orçamento da UFJF, feitas através do ofício enviado
24 pela administração superior no início do ano de 2017. O Conselheiro Wilhelm Freire
25 saudou a todos, ressaltou sua estranheza quanto à política do MEC, penalizando as
26 Universidades em demonstrar competência e capacidade em alguma atividade.
27 Exemplificou o que acontece no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e
28 Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Coppe/UFRJ.
29 Questionou quanto ao fato de que se as universidades passarem a arrecadar mais em
30 prestações de serviços do que o provisionado, as universidades terão que passar recursos
31 para o MEC e sobre a possibilidade de reverter à situação do orçamento para o presente
32 ano. O Senhor Presidente, em razão de motivos pessoais justificou sua saída antecipada,
33 passando a presidência da reunião para a vice-reitora, Girlene da Silva Alves. A seguir
34 foi dada a palavra para a Conselheira Ana Lúcia Coimbra, que registrou o desrespeito ao
35 conselho com o e-mail recebido pelo Sr. Secretário, que escolheu um padrão de
36 comportamento inapropriado para ter relação com o Conselho Superior da UFJF.
37 Relatou que na presente reunião a administração desconstruiu os argumentos
38 apresentados no referido e-mail e que a situação deve ser levada ao conhecimento do
39 MEC. Ressaltou o seu desapontamento quanto ao não comparecimento do Sr. Secretário
40 a presente reunião e relatou que o mesmo também não compareceu na reunião da
41 Andifes realizada há duas semanas, com mais de 50 reitores, apesar da confirmação de
42 presença. Questionou o que justificaria a atitude desrespeitosa do Sr. Secretário de
43 Educação, assinalando que a situação é grave e demanda um posicionamento do
44 conselho a respeito do assunto, digno de repúdio. A Conselheira Pâmela Julião saudou a
45 todos e argumentou que apesar de já ter sido contemplada na fala de alguns conselheiros
46 gostaria de registrar sua indignação ao fato ocorrido, visto que representa um
47 desrespeito institucional. Questionou quanto à forma como o Sr. Secretário teve acesso
48 aos e-mails dos conselheiros e consignou que as argumentações ou opiniões quanto ao
49 que deve ser prioridade para a Universidade, para a cidade e para a região deveriam ter
50 sido encaminhadas ao Secretário Geral para ser pauta do Consu ou terem sido tema de

1 artigo publicado e não terem sido enviadas diretamente aos conselheiros. Em relação às
2 informações quanto ao orçamento relatadas no documento, frisou que é preciso
3 questionar se este é o posicionamento oficial do MEC, devendo se produzir uma breve
4 nota de repúdio do Conselho Superior relativa à atitude do Sr. Secretário. Lembrou o
5 motivo dos movimentos de greve realizados no final do ano de 2016, em razão da então
6 PEC que limitaria os gastos, que foi questionado por alguns colegas de universidade,
7 declarando estarmos colhendo os frutos dos cortes em investimentos sociais, temendo
8 pelo seu resultado nos anos futuros para as Universidades Federais. O Conselheiro
9 Heronides Filho pediu a fala, saudou a todos e sugeriu uma nota dirigida aos
10 parlamentares federais do Estado de Minas Gerais como também uma carta a Andifes.
11 Asseverou que como representante e delegado da Fasubra, irá solicitar uma nota de
12 repúdio em relação conduta do Sr. Secretário. Advertiu que o ato de deselegância
13 institucional do Sr. Secretário joga por terra sua credibilidade e suas colocações
14 apresentadas no e-mail. Lembrou a situação anteriormente vivida pela UFRJ, onde a
15 política de Estado a sucateou. Denotou que a situação representa uma política de Estado
16 voltada a não se ter mais Universidades Públicas, uma política de Estado de extinção
17 das Universidades Federais. Reforçou o encaminhamento de uma nota dirigida aos
18 parlamentares federais do Estado de Minas Gerais e também uma carta a Andifes, por
19 representar um ataque direto à democracia e a autonomia da Universidade Federal de
20 Juiz de Fora. O Conselheiro Marcos Freitas saudou a todos e relatou que, apesar de
21 também se sentir contemplado pelas falas que o antecederam, gostaria de realizar
22 algumas ponderações a respeito do e-mail recebido pelo Sr. Secretário, registrando
23 inclusive situações análogas já vivenciadas pelo Conselho Superior. Consignou que
24 pela primeira vez, desde 2016, há uma manifestação explícita de um membro do
25 governo mudando a metodologia de financiamento das universidades públicas, fato
26 muito relevante. Quanto ao e-mail recebido pelos conselheiros, sendo este de origem
27 pessoal, visto que encaminhado do endereço eletrônico particular do Sr. Secretário,
28 sugeriu questionar ao MEC se este é o posicionamento oficial quanto ao assunto,
29 indagação que também poderia ser realizada pela Andifes, quanto a mudança de política
30 pública de financiamento para as universidades. O Conselheiro Arthur Avelar realizou
31 alguns comentários e fez um encaminhamento onde registrou o desrespeito do professor
32 enquanto docente do Departamento de Física da Universidade Federal de Juiz de Fora.
33 Enfatizou a necessidade de realizar cobranças em relação à comprovação dos fatos
34 narrados no e-mail, face às graves acusações a UFJF, onde o ônus da prova recai
35 notoriamente sobre quem alega, sendo então de responsabilidade do Sr. Secretário.
36 Registrou a importância da publicidade das informações, reforçando a necessidade de
37 uma audiência pública, tanto em Juiz de Fora quanto em Governador Valadares, para
38 uma interlocução com a comunidade acadêmica, explicando o atual cenário, onde a
39 tendência é não existir universidade pública no país. A seguir Vice-reitora retomou a
40 palavra para registrar dentre os elementos das falas dos conselheiros que não poderiam
41 ser desconsiderados, a posição do secretário executivo, que não só deixou de responder
42 ao e-mail pedindo explicações, como não compareceu a duas reuniões da Andifes,
43 demonstrando total desrespeito as universidades. Após apresentou os encaminhamentos
44 para deliberação, primeiramente através da elaboração de um ofício ao Ministro da
45 Educação questionando a metodologia aplicada pelo Ministério do Planejamento para a
46 distribuição dos recursos, assim como manifestando o desconforto da Universidade com
47 o encaminhamento do e-mail do Sr. Paulo Barone diretamente aos conselheiros,
48 tornando público o e-mail do Sr. Secretário, encaminhando-o também para a Andifes. O
49 Conselheiro André Martins sugeriu explicitar no referido ofício a indagação de qual a
50 política e os parâmetros legais que embasam os critérios de distribuição, as questões

1 técnicas, a metodologia e principalmente o embasamento legal. Sugestão que foi
2 incorporada ao encaminhamento. Quanto à solicitação do DCE, a Senhora Presidente
3 declarou que é intenção da administração superior retomar as discussões dentro das
4 comunidades acadêmicas, falando do impacto da PEC. Relatou inclusive a intenção de
5 se realizar um seminário sobre o assunto. O Conselheiro Heronides Filho pediu a
6 confirmação do conteúdo da nota. A Vice-reitora esclareceu que foi acrescentada apenas
7 a sugestão de questionar as questões técnicas, a metodologia e embasamento legal. O
8 Conselheiro André Martins recomendou também que as Entidades façam a divulgação
9 do e-mail, retirando o encaminhamento feito de envio do mesmo aos Parlamentares, por
10 entender não ser adequado para a situação. A proposição também foi aquiescida, sendo
11 definido o envio de um ofício com os questionamentos então delineados ao Ministro da
12 Educação e ser levado ao conhecimento da Andifes o ocorrido para corroborar com as
13 indagações junto ao MEC. Relatou que as Entidades terão autonomia para tomarem as
14 providências que julgarem necessárias em relação ao e-mail, visto que foi publicizado a
15 todos os conselheiros. Em regime de votação os encaminhamentos foram aprovados por
16 unanimidade. A seguir, a Senhora Presidente realizou algumas considerações finais e
17 não havendo mais manifestações e nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e
18 encerrou a reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar
19 lavrei a presente ata que dato e assino.

20
21 Juiz de Fora, 04 de julho de 2017.

22
23 **Rodrigo de Souza Filho**
24 **Secretário Geral**

25
26
27 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
28 **Reitor da UFJF**

29
30
31 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.

19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.